
FAMÍLIA E EXTENSÃO: PARA ALÉM DOS MUROS DA UNIVERSIDADE*

THAIS ALVES MARINHO**

Resumo: por meio de um estudo sobre a temática da família, desenvolvido no âmbito do Instituto Dom Fernando da PUC Goiás, busco demonstrar nesse artigo que a extensão universitária, aliada ao ensino e à pesquisa, se mostra promissora para gerar redes integradas de relações epistemológicas, acadêmicas e comunitárias, alargando campos e fronteiras, saberes e práticas científicas e populares.

Palavras-chave: Família. Extensão. Ensino. Pesquisa. Diálogo.

Desde seu surgimento, no século XI e XII, a universidade adquiriu o status de oficial produtora do conhecimento. À medida que a história caminha e as relações de produção e forças produtivas se complexificam, seu papel tem se reconfigurado. Em uma dessas reconfigurações surge a extensão, já no século XIX, com a finalidade de, por meio do conhecimento produzido na academia, direcionar novos caminhos para a sociedade e promover a educação continuada. De lá pra cá, a extensão adquiriu corpo teórico e assumiu a responsabilidade de repensar a relação do ensino e da pesquisa às necessidades sociais, estabelecer o aprofundamento da cidadania e a transformação efetiva da sociedade.

Apesar de a universidade no Brasil ter se desenvolvido num contexto de Estado Laico, a Igreja Católica se posicionou enquanto instituição de ensino, produtora de conhecimento, capaz de atuar na regulação das esferas culturais, desde os anos de 1930.

* Recebido em: 05.01.2015. Aprovado em: 13.02.2015.

** Pós-Doutora em Ciências Sociais pela Unisinos. Doutora em Sociologia pela UnB. Professora de Sociologia da PUC Goiás. Assessora de Pesquisa do IDF/PROEX/PUC Goiás. Pesquisadora do grupo Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD/UNB/CNPQ), do grupo Sócio-Antropologia dos Patrimônios, Museus e Acervos (GPMUSA/UFS/CNPQ), do grupo Políticas Públicas, Direitos e Democracia (UNISINOS/CNPQ), do grupo MediaLab (UFG/MediaLab/OBEC/CNPQ). Editora Adjunta da Revista Arquivos do CMD. E-mail: thais_marinho@hotmail.com

As Universidades Católicas se especializaram nas ações extensionistas, sua característica marcante é a disponibilidade para o serviço à comunidade atendimento aos mais necessitados, embora tenham se desenvolvido com pouca tradição em pesquisa, como afirma Bartnik (2009).

Em Goiás, a Pontifícia Universidade Católica de Goiás¹, nos seus 53 anos de existência assumiu essa missão com programas permanentes de extensão que embora diversos em seus perfis, convergem para ações permanentes e pontuais com vistas ao fortalecimento do sistema de proteção, promoção e controle social dos direitos humanos, como também para a reafirmação do compromisso da universidade enquanto organização comunitária² da sociedade civil. Desde 2006, a PUC Goiás, por meio da Pro Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis, conta com a atuação do Instituto Dom Fernando, que coordena quatro programas permanentes, ligados à temática da criança, adolescência, juventude e família.

O IDF desde então tem buscado articular extensão, ensino e pesquisa, produzindo e socializando com a comunidade e os alunos da PUC Goiás conhecimentos oriundos das ciências humanas e sociais numa perspectiva crítica, realizando intervenções artísticas, culturais e sociais, colaborando com a elaboração de políticas públicas relativas às áreas da infância, juventude e adolescência. A proposta do IDF é realizar ações consoantes com os interesses dos atores sociais e com as políticas de ensino, de pesquisa e de extensão da PUC Goiás (Projeto Pedagógico IDF, 2009).

Na atualidade tem se mostrado evidente que o tema da Família ultrapassou a seara privada e adquiriu fórum público, se mostrando cada vez mais um ponto de encontro e embate entre essas esferas. Projetos de leis, discussões e debates sobre o que é a família ganharam a mídia, as escolas, as ruas, os lares... O Estado em sua função de regulador das instituições culturais, logo, providencia instrumentos jurídicos de definição, como as leis que definem os critérios de adoção, como a Lei Menino Bernardo, como a Lei que regulamenta o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Juventude, como o Projeto de Lei que quer regulamentar o Estatuto da Família, entre outros. Mas, tais instrumentos estariam de acordo com os anseios da sociedade e consoantes as produções acadêmico-científicas sobre o tema? Qual seria o papel da universidade na produção desses instrumentos? Como a universidade pode se tornar a mediadora entre o Estado e a sociedade civil?

Por meio de um estudo acerca da temática da família, no Instituto Dom Fernando da PUC Goiás, acreditamos ser possível, nesse artigo, demonstrar que a extensão universitária se mostra promissora para gerar redes integradas de relações epistemológicas, acadêmicas e comunitárias, alargando campos e fronteiras, saberes e práticas científicas e populares. A proposta do IDF é produzir ações que delimitam a criação de diálogos entre territórios curriculares, culturais e políticos constitutivos e instituintes do ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa, extensão e gestão universitária.

A análise ocorreu em torno das atividades realizadas e propostas para o ano de 2015 pelo IDF que envolvem a temática da família. A observação foi possível em função de minha atuação como assessora de pesquisa do IDF, cargo que ocupo desde fevereiro de 2014. Serão analisados se os objetivos e metas dos programas e ações do IDF, bem como seus resultados contribuem para pensarmos a temática da família de um ponto de vista plural e que extrapole os muros da universidade e da Ciência, aproximando ensino, pesquisa e extensão, com as demandas da comunidade.

O INSTITUTO DOM FERNANDO

O Instituto Dom Fernando, desde 2006, trabalha com a temática da infância, adolescência, juventude e família. A proposta é produzir e socializar conhecimentos oriundos das ciências humanas e sociais numa perspectiva crítica, bem como realizar intervenções e colaborar com a elaboração de políticas públicas relativas a esses segmentos, o IDF realiza ações consoantes com os interesses dos atores sociais e com as políticas de ensino, de pesquisa e de extensão da PUC Goiás.

Para atingir esses objetivos, atualmente o IDF, conta com quatro programas permanentes de extensão: o Centro de Pesquisa e Ensino Aldeia Juvenil – CEPAJ (1983), Escola de Circo Dom Fernando - ECDF (1996), Escola de Formação da Juventude - EFJ (2006) e o Centro de Educação Comunitária de Meninas e Meninos – CECOM (1984), vinculados e desenvolvidos por meio da Pró-Reitora de Extensão e Apoio Estudantil da PUC Goiás. Em 2009 o IDF participou de edital e foi escolhido para a capacitação de conselheiros (as) tutelares e conselheiros (as) de direitos dos 246 municípios goianos. Assim, além dos programas de extensão descritos acima, em 2010, o Instituto Dom Fernando cria a Escola de Formação de Operadores do Sistema de Garantia de Direitos da PUC Goiás, conhecida como Escola de Conselhos, cujo objetivo é desenvolver uma política de capacitação consistente e sistemática para os conselheiros dos direitos e conselheiros tutelares no âmbito da formação básica e especializada, promovendo subsídios teóricos e metodológicos para o aperfeiçoamento da prática social de promoção e garantia de direitos da criança e do adolescente e da família.

Cada um dos programas possui sua própria metodologia para promover uma sociedade da paz, por meio da cultura, do trabalho e da cidadania. A ECDF busca promover a cultura e superar as desigualdades sociais, utilizando como ferramenta pedagógica a arte circense, enquanto vertente da arte-educação presente na proposta do Circo Social. Essa metodologia foi escolhida por ser capaz de possibilitar transformações na realidade vivenciada por crianças, adolescentes e famílias, sobretudo por lhes permitir construir uma nova forma de ver o mundo e de estar nele. Sendo assim, a perspectiva não é formar artistas circenses, utiliza-se do circo social como instrumento facilitador da construção do protagonismo infanto-juvenil.

As atividades são desenvolvidas em forma de oficinas que se constituem em recurso metodológico central no processo educativo desenvolvido, fundada no princípio da cultura do lúdico e da criatividade. “São atividades culturais e artísticas que têm como objetivo proporcionar às crianças e adolescentes a possibilidade de aprender brincando, a conviver com as diferenças, a interagir, a decidir em grupo” (E.C., 2007, p. 4). Atualmente estão inscritos na Escola de Circo um quantitativo de 110 crianças e adolescentes, com idades entre sete e quinze anos. As oficinas são realizadas no turno matutino e no turno vespertino para duas turmas.

A EFJ atua, tendo como referência a realidade e as necessidades dos próprios jovens da região, tendo a sua cultura como ponto de partida, buscando contribuir na formação dos jovens educandos, tanto nos aspectos relacionados à sociabilidade juvenil como ao mundo do trabalho. Seu objetivo é contribuir na formação dos jovens da Região Leste de Goiânia, tanto nos aspectos relacionados à sociabilidade juvenil como ao mundo do trabalho, promovendo a inclusão social, por meio de programas e projetos que levem esses sujeitos à ação/reflexão das mudanças ocorridas no mundo contemporâneo, nos seus aspectos produtivos/tecnológicos, políticos e simbólicos, tendo como referência as experiências de educação popular, dando destaque a: relação dos homens e mulheres com o mundo do trabalho, inovações no campo da

produção, cidadania e a sociabilidade juvenil, questões cotidianas que se apresentam como problemas enfrentados pela juventude.

Os trabalhos na Escola de Formação da Juventude se realizam por meio da elaboração/execução de projetos. Hoje ela oferece cursos em parceria com o SENAI/PRONATEC (auxiliar administrativo, inglês básico, qualidade no atendimento ao cliente, técnico em vendas, recepcionistas, auxiliar de departamento pessoal e operador de computador), Curso Básico de Produção de Áudio Visual com a ONG Movimento e Ação (financiamento da PETROBRAS), Departamento de Computação da PUC Goiás (inclusão digital) e trabalha com o Projeto de Vida – formação para o exercício da cidadania e do protagonismo.

O Cecom é um espaço de convivência comunitária dedicado à promoção da cidadania de crianças, adolescentes, famílias e desempregados, sendo referência de apoio, entre outros, aos bairros das regiões Mendanha e Noroeste de Goiânia e dos Municípios circunvizinhos. O Cecom compreende a questão da infância em suas diferentes manifestações e desenvolve suas atividades, por meio de diversos programas de atendimento e formação permanente dos educadores com o propósito de subsidiar intervenções e de colaborar com proposição de políticas públicas voltadas para a infância, adolescência e famílias. A participação do CECOM no IDF inicia-se em abril de 2015, por esse motivo suas atividades não serão analisadas nesse artigo.

O CEPAJ desenvolve metodologias de atendimento psicossocial (individual e grupal) para crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade social e ações sócio-educativas que visam à prevenção da violência contra crianças e adolescentes (palestras, articulação junto aos movimentos sociais/populares, bem como intervenção nas escolas e instituições da região).

O CEPAJ reconhece como um dos seus principais objetivos o vínculo entre a produção/sistematização de conhecimento e realidade social, prática fundamental no processo de reconstrução do significado do ser criança e adolescente. Recentemente, o CEPAJ foi transferido para a região noroeste, onde ganhou uma nova sede que foi inaugurada no dia 03 de junho de 2015. Por isso, entre 2014 e 2015 as atividades do CEPAJ foram parcialmente suspensas. Por esse motivo, esse programa não será analisado nesse artigo.

O IDF, por meio desses programas e da atuação de seus assessores, atua na proposição de subsídios para a elaboração de políticas públicas, bem como na articulação com os movimentos sociais e as entidades das áreas da infância, da adolescência, da juventude e da família. Para isso, possui membros representantes no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA, no Fórum Goiano de enfrentamento à Exploração Sexual contra Criança e Adolescente, na Rede de Atenção a Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência Sexual, no Núcleo de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, no Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Rede de Proteção a Juventude (CAJU) Quer Viver, no Comitê de Erradicação do Trabalho Infantil e no Conselho da Juventude.

Além disso, estabelece articulações e parcerias com os Conselhos Tutelares de Goiânia e do interior do Estado, com a Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente (DPCA) e com o Ministério Público/Centro Operacional da Infância e Adolescência. É desenvolvido, também, um conjunto de parcerias e articulações com movimentos organizados, como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua/Goiás (MNMMR), e o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil

no Território Brasileiro (PAIR). O IDF promove, ainda, articulação e assessoria junto aos trabalhos com o Conselho Brasileiro para Superdotação (CONBRASD), com o Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/ Superdotação (NAAS) da Secretaria Estadual de Educação (SEE) e com as Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social.

OS PROGRAMAS E AS FAMÍLIAS

Todos os programas do IDF utilizam como metodologia a inserção das famílias em suas atividades. A proposta é que o contato entre os profissionais dos programas, os alunos, os estagiários, os monitores e as famílias permitam o diálogo e a discussão acerca dos problemas enfrentados pelas famílias em suas relações internas e externas, proporcionando um intercâmbio de conhecimentos, de modo que o conhecimento que emerge do ensino e da pesquisa seja reflexivo, o que demanda uma presença curiosa do sujeito face ao mundo. Mesmo com uma identidade católica, seguidora da *Ex Corde Ecclesiae* de João Paulo II, que defende que a função da instituição é dar especial atenção às dimensões éticas e religiosas e ainda proclamar verdades incômodas, que não lisonjeiam a opinião pública, para salvaguardar o autêntico bem da sociedade. O IDF entende que tais verdades sejam construídas a partir do diálogo com a comunidade, rejeitando uma postura autoritária.

Essa postura presente nas ações de extensão responde à crítica de Paulo Freire (2006) às ações extensionistas concebidas como dádiva ou caridade e que assumiu ao longo da história um caráter de imposição cultural, indicando a ação de estender alguma coisa a alguém que recebe. Nessa gnosiologia a extensão seria reduzida a transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural e manipulação. O intuito do extensionista, visto como o dono do conhecimento, seria o de domesticar as pessoas com quem trabalha e que nada sabem, seria o de “estender” o conteúdo estático a um sujeito que se torna mero depositário de conteúdos.

Uma das estratégias utilizadas, para se afastar dessa postura autoritária e ter um contato dinâmico e reflexivo com as famílias, é por meio da oferta de estágios para todos os cursos de graduação que realize atividades relacionadas ao trabalho educativo/preventivo com crianças, adolescentes e famílias. Os cursos de pedagogia, psicologia, serviço social, nutrição, fonoaudiologia, enfermagem, computação, dentre outros estão constantemente participando das atividades das Escolas. A inserção de estagiários está condicionada à presença de profissional ou docente da área que se responsabilize pela sua supervisão.

A equipe dos programas do IDF também presta informações a alunos de graduação ou pós-graduação que, sob supervisão de seus respectivos orientadores/professores, desejam desenvolver atividades de pesquisas nos Programas. Para a realização da pesquisa, o Projeto passa necessariamente pela apreciação da equipe e deve ter sido previamente aprovado pelo Comitê de Ética da PUC Goiás ou por ela referendado.

Essa abordagem, que coloca como central a família, possibilita a apreensão da dinamicidade e a complexidade dos significados erigidos a partir das relações humanas, já que leva em consideração que a realidade é composta por agentes com capacidade de processar a experiência social e de delinear formas de enfrentar a vida, mesmo sob as mais extremas formas de coerção, assim como defende Anthony Giddens (1991), que sintetiza essa capacidade a partir do conceito de agência.

No entanto, apesar de admitir a existência da agência humana, que se manifesta mais num plano de consciência prática, do que discursiva, a metodologia de trabalho com

as famílias por parte do IDF compreende que, como previne Marx (2004) os atores não são capazes de alterar as circunstâncias que se encontram com a simples força de vontade.

Por isso, a metodologia, embora aberta, busca potencializar a importância do papel da família na educação de seus filhos. Segundo os dados obtidos pelas entrevistas com os profissionais e a partir do projeto pedagógico dos programas, é possível observar que há um trabalho de reconstrução sócio-histórico das famílias, e por meio dessas informações busca-se trabalhar com estratégias mediacionais, embasadas em seu meio sociocultural, sem necessidade de instrumentos sofisticados para sua implementação. A ideia é empoderar as famílias para superar a situação de desigualdade social que se encontram e, além disso, gerar a oportunidade para que possam estabelecer um diálogo e um convívio mais aberto com seus filhos.

A EFJ, por exemplo, possui o projeto Integra Mais, que promove encontros periódicos com as famílias dos alunos e equipamentos sociais, visando o fortalecimento das famílias no exercício da cidadania e dos direitos sociais. Esse ano promoveu 3 encontros de acolhimento aos pais que discutiram temas como a diminuição da maioridade, modelo de novas famílias, sexualidade, discussões sobre como lidar com adolescentes e jovens e que promovem o diálogo entre pais e filhos.

Além disso, a EFJ promove o Projeto de Vida, que busca promover condições para os jovens refletirem sobre suas possibilidades e se reconhecerem “enquanto sujeitos autônomos a contribuir para a valorização da vida, para reduzir os fatores de risco, promover a prevenção, educação e fomento de uma mentalidade de preservação e de qualidade da saúde mental em jovens submetidos à vulnerabilidade social”. Para tanto, duas vezes por semana ocorrem rodas de conversas com professores, pesquisadores, estagiários e os alunos, sobre os temas sugeridos pelos próprios alunos da escola. Ao final do semestre a EFJ promove um encontro entre pais e filhos na escola para que os temas sejam discutidos e dialogados em conjunto.

A ECDF, também realiza encontros periódicos com a família. Para ingressar na Escola de Circo Dom Fernando a família realiza a inscrição da criança ou do adolescente por meio de formulário próprio preenchido por assistentes sociais ou estagiários de Serviço Social. É um momento de acolhimento da família e também de obtenção de informações socioeconômicas, educacionais, de saúde, dentre outras para conhecimento mais aprofundado de sua realidade. Os dados obtidos nos formulários servirão para a caracterização socioeconômica das famílias participantes da Escola de Circo Dom Fernando e para definição das ações a serem implementadas, além de contribuir para as pesquisas acadêmicas em seus diversos níveis – iniciação científica, trabalhos de conclusão de cursos, dissertações e teses. Um trabalho semelhante também é realizado pelo CECOM com o Programa Dialogando com as Famílias – PDF.

Essa estratégia de inserção das famílias no processo educativo e de empoderamento dos adolescentes e crianças que participam dos programas se torna fundamental. Isso porque como afirma Bourdieu (1989), aprendemos a ser pais e a educar nossos filhos, a partir, da estrutura simbólica a que estivemos expostos, e tendemos a reproduzir tal estrutura em nossas práticas educacionais aplicadas aos nossos filhos. Nessa perspectiva, os indivíduos à medida que são submetidos aos processos de socialização incorporam disposições duradouras, ou seja, uma “gramática geradora”, um repertório de práticas e conhecimentos conforme a estrutura objetiva, ou seja, o capital cultural a que tiveram expostos, que orienta a conduta e a cognição individual, e que Bourdieu (1989) chama de *habitus*. Esse ciclo incessante de reprodução do *habitus*, e, portanto, da capacidade cognitiva, só pode ser rompido caso o indivíduo em

questão assuma uma postura reflexiva em relação às suas próprias práticas, ou seja exposto a outros ciclos de conhecimento.

Os programas do IDF apresentam alternativas promissoras de institucionalização das esferas culturais, atuando como promotores culturais e sociais, já que disponibilizam, a partir de sua vinculação com uma instituição de ensino, acesso a informações que ultrapassam o *habitus* dos indivíduos que atende, sem desvalorizar os conhecimentos que lhes são próprios.

Uma amostra disso é que a metodologia da Escola de Circo Dom Fernando visa contribuir para preservar os aspectos considerados positivos na família, como atesta a coordenadora da ECDF, como também rever aqueles por eles considerados nocivos ou falhos, dentro das relações de poder atuais, buscando juntos, equipe e família, alternativas que possam indicar os rumos para uma convivência menos conflituosa e que possa contribuir para que os indivíduos superem as desigualdades sociais.

Essa didática é capaz de gerar a possibilidade de monitorização reflexiva da ação, já que por meio da arte, atua na consciência prática e possibilita que os atores desenvolvam a competência para racionalizar suas ações. Como afirma Bourdieu (1989) essa racionalização depende de um contínuo entendimento teórico que os indivíduos mantêm sobre as bases de suas ações, ou seja, da reflexividade. Por isso, que a arte se torna uma ferramenta fundamental, porque se a consciência prática é condicionada pelas condições objetivas, para que os indivíduos consigam ampliar seu campo cognitivo e associar à reflexividade múltiplas referências cognitivas, torna-se necessário complexificar os esquemas de percepção da realidade envolvente e da ação social dos agentes. A arte e a ludicidade cumpriram esse papel na formação cognitiva dos agentes, o que torna a metodologia da Escola de Circo Dom Fernando altamente eficiente e promissora na superação da desigualdade social.

O SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE FAMÍLIAS NA CONTEMPORANEIDADE

Todo esse trabalho com as famílias possibilitou à equipe do IDF perceber que as famílias são plurais, constituídas de formas múltiplas, cada qual com sua história particular e trajetória. São encontradas famílias monoparentais³, pluriparentais⁴, homoparentais⁵, reconstituídas⁶, nucleares⁷, união estáveis⁸, anaparentais⁹, eudemonistas¹⁰. Essa realidade parece indicar que a família contemporânea é relacional, tanto pública, quanto privada e individualista, e se define mais pelas relações internas travadas no cerne familiar e menos como instituição secular atemporal.

Ao observar essa pluralidade e por compreender a importância da família enquanto mercado simbólico, instância de legitimação e espaço instituidor de competências necessárias aos agentes para atuarem nos diferentes espaços sociais, o IDF buscou organizar um Simpósio Nacional sobre Famílias na Contemporaneidade, realizado entre os dias 28 e 29 de maio de 2015, no auditório da Escola de Formação de Professores e Humanidades da PUC Goiás, que contou com apoio financeiro da FAPEG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás.

A principal motivação do simpósio era contrastar a realidade encontrada na região leste de Goiânia, com as discussões que fundamentam o Projeto de Lei nº 6583, de 2013, de Anderson Ferreira, que “dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências”. Tais discussões se fundamentam na crença de que vivemos uma “crise da família”, ocorrida pelos

efeitos da generalizada aceitação social do divórcio, do declínio da instituição do casamento e da baixa taxa de fecundidade. Esses acontecimentos tanto indicaram a compreensão de que se delineara o enfraquecimento da família, quanto sugeriram a análise do surgimento de novos modelos familiares, caracterizados, por sua vez, pelas mudanças nas relações entre os sexos e as gerações, tais como: controle mais intenso da natalidade, autonomia relativa da sexualidade referente à esfera conjugal (posto que o exercício da atividade sexual deixa de estar circunscrito à esfera do matrimônio), inserção massiva da mulher no mercado de trabalho, questionamento da autoridade paternal, atenção ao desenvolvimento das necessidades infantis e dos idosos, entre outras.

Esse simpósio visou promover um amplo debate com várias áreas do conhecimento cujas especialidades orientam os diversos setores da sociedade sobre as dinâmicas ocorridas na família, tais como justiça, educação, assistência social, política, cultura. Na ocasião houve a oportunidade para alunos de graduação, pós-graduação, pesquisadores, profissionais e membros da sociedade civil compartilharem suas experiências, suas dificuldades na prática profissional, conhecerem iniciativas de outras áreas e regiões. A proposta era estimular o diálogo com instâncias macro e microsociais, tais como o Estado, a escola, a academia, a família, os equipamentos sociais, os serviços de saúde, buscando rever a compreensão da família como um processo social em construção e mudança, destacando os novos arranjos e composições familiares.

Para tanto, ocorreram três conferências, seguidas de debates. A primeira foi ministrada pela blogueira (www.escrevalolaescreva.blogspot.com.br) Dra. Dolores Aronovich Agüero, que também é professora adjunta de Literatura-Inglês na Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza, que falou sobre a questão do gênero e da família. A segunda Conferência sobre os aspectos jurídicos da família foi ministrada pelo Juiz Federal e professor universitário DR. Roger Raupp Rios. A terceira conferência foi com o antropólogo Dr. Flávio Luiz Tronovski, professor da Universidade Federal do Mato Grosso, que falou sobre a origem e os diversos conceitos sobre família. Também tivemos uma mesa redonda com a psicóloga e professora Esp. Vera Lúcia Morselli, com a professora Dra. Carolina Teles Lemos, ambas da PUC Goiás e com a professora da Universidade Federal de Goiás e socióloga Dra. Eliane Gonçalves, que discutiram sobre o tema da Família, do Afeto e do Trabalho.

Além dessas atividades, ocorreram apresentações de trabalhos inéditos (os trabalhos podem ser lidos na íntegra no site do evento) de pesquisadores de pós-graduação, graduação e professores selecionados pela Comissão Científica do Simpósio. Foram doze trabalhos apresentados que discutiram a compreensão da família como um processo social em construção e mudança, destacando os novos arranjos e composições familiares, além de dinâmicas que influenciam em sua composição na atualidade, como o processo tecnológico, as doenças sexualmente transmissíveis, a filosofia e a ciência.

Ao todo compareceram quatrocentas e vinte pessoas ao evento entre estudantes, profissionais, pesquisadores e membros da comunidade. Na ocasião discutiu-se sobre a necessidade de alargamento do conceito de família que tem se pautado numa concepção burguesa, capitalista, cristã e ocidental. A maior parte dos participantes, afirmaram que esse modelo faz parte de uma fabulação social, que beira a ficção. Expressa o interesse e a ideologia de construção da nação, fundada sobre princípios capitalistas, e de controle voltado para a produtividade no trabalho, que compõem o advento da modernidade. A proposta higienista e disciplinizadora, desse modelo é de que a família seja composta nuclearmente por homem, mulher e filho, que coabite uma residência, tenha papéis bem definidos de ação, fundados

na concepção de gênero feminino e masculino, que seja monogâmica e indissolúvel, voltada para a reprodução.

Os pesquisadores observaram que essa concepção ignora a multiplicidade histórica de formas familiares, que sempre estiveram presentes e é utilizada como instrumento de dominação simbólica e de gênero.

Dominação simbólica porque normatiza um ideal não alcançável pela maioria das pessoas, especialmente em tempos hipermodernos, onde há a exacerbação da urbanização, da divisão do trabalho pela industrialização e do desenvolvimento de conectividades técnico-informacionais, que possibilita o trânsito intenso de indivíduos, que tendem cada vez mais a se deslocar do centro da família nuclear.

Muitos pesquisadores presentes, e mesmo membros da sociedade civil que expressaram suas aflições pessoais, observaram que a valorização de um único modelo familiar, leva ao sofrimento dos membros de formas familiares diferentes, pela discriminação. A normatização da família nuclear, tende à naturalizar o modelo tradicional, já que este é posto como sendo a-histórico, e conseqüentemente naturaliza os papéis performatizados nele, como o de mulher e a maternidade. Nessa concepção somente a mulher teria o instinto para a maternidade e o dom das tarefas caseiras e teria ainda como função cumprir com as obrigações sexuais do casamento, reforçando a dominação de gênero.

No Brasil, como indicou Roger Raupp, esse modelo ainda passa pelo higienismo racista, que associado ao interesse de construção da nação brasileira, defende uma família, que vai gerar o embranquecimento e eliminar a barreira para o progresso. Da mesma forma que na Europa, no Brasil as diferentes vivências de famílias são ocultadas em prol do modelo tradicional. A poligamia, pluriparentalidade, homoparentalidade, as relações homossexuais e homoafetivas, os casamentos sem coabitação, as pessoas que vivem só são omitidas, negligenciadas e reprovadas. Ao ponto de gerar uma ausência de dignidade e conseqüente ausência de acesso aos direitos de cidadão.

Além disso, quando a família tradicional sofre rupturas, a coerção social leva os indivíduos envolvidos na situação, seja ela divórcio, conflitos, mortes, orientação sexual, ao sofrimento e em alguns casos a dificuldades de adaptação e aceitação gerando o rompimento dos laços afetivos familiares. Especialmente, se há uma influência religiosa na regulação desses afetos.

A comunicação e o diálogo foram apontados como chaves para mediar os conflitos e gerar abertura para as dinâmicas familiares. Além disso, se mostrou por um lado fundamental para a prevenção de DSTs e apoio aos soropositivos. A doença pode ser um elemento agregador da união familiar.

Também foi salientado que a afetividade pode ter um peso diferente para cada pessoa e grupo e não é o critério do estabelecimento da família hetero, nesse caso, seria o sexo, o regulador da união e então usar o afeto para normatizar os casais homo seria uma nova forma de higienização, como aquela que ocorreu com os negros e com as mulheres que tiveram seus corpos negados a si mesmos. As mulheres porque são proibidas do prazer, os negros porque são proibidos de disseminar suas características e ter orgulho delas, e agora os homo que seriam impuros e anormais, já que não conseguem gerar filhos e não conseguem contribuir com o ideal nacional.

O afeto passa a ser regulado e fundamental para acessar direitos, como se pudéssemos obrigar as pessoas a sentirem afeto por suas famílias, embora seja o afeto o reafirmador de vínculos parentais.

Na ocasião constatou-se que há evidentes forças sociais assimétricas, que operam sobre a definição de famílias, seja no modelo tradicional ou em um considerado mais pós-moderno. A grande questão é avaliar a qualidade das relações de poder postas sobre a concepção de família e quais as consequências que elas geram para a sociedade. Em outras palavras, o modelo que defendemos juridicamente, moralmente e politicamente garante ao maior número de pessoas possível a satisfação da dignidade, ou ao contrário, exclui um número considerável de cidadãos de seu bojo?

As discussões propostas se mostraram eficientes para orientar teoricamente a atuação dos profissionais do IDF em suas atividades cotidianas e serão disponibilizadas permanentemente no site da instituição (<http://sites.pucgoias.edu.br/eventos/institutodomfernando/>), por meio da publicação dos anais do evento. Tanto a comunidade quanto os pesquisadores puderam exercitar o intercâmbio de conhecimentos necessários para a extensão, e houve indicativo do público para que seja realizado no próximo ano uma segunda edição do Simpósio.

Diante dos desafios postos para a sociedade e conseqüentemente para as Universidades, o IDF assume o compromisso de aprofundar a atuação de seus programas e projetos de extensão, para além da academia, atingindo a comunidade e trabalhando consoante com o ensino e a pesquisa. A Política de Extensão do IDF, e conseqüentemente da PUC Goiás, busca se afastar do conceito de Extensão impregnado de valores autoritários (funcionalista) incorporando a noção de comunicação e diálogo que garante uma dinâmica ativa, em que o conhecimento que emerge do ensino e da pesquisa possa ser dinâmico e aberto.

A proposta é que esse conhecimento possa servir de base para a formulação dos projetos pedagógicos dos cursos que compõe a PUC Goiás, bem como da atuação discente e docente, por meio de estágios, monitorias e pesquisa. Desse modo, entendemos que a participação da Extensão deve oferecer um horizonte epistemológico, para a formação no campo da graduação e pós-graduação, para estudos de realidades, para ações sociais, para campos de estágios, para pesquisas, e fundamentalmente para políticas públicas.

Uma das formas encontradas pelo IDF de subsidiar as políticas públicas é por meio de parcerias com órgãos e organismos estatais, federais e municipais, supracitados, e especialmente por meio de representações em Conselhos e Fóruns. Além disso, proporcionar simpósios, eventos, cursos e oficinas de extensão, que possibilitem o intercâmbio entre o conhecimento produzido na academia e fora dela, se mostra uma ferramenta prática para superar os muros da universidade.

FAMILY AND EXTENSION: BEYOND THE WALLS OF THE UNIVERSITY

Abstract: through a study on the family theme, at Dom Fernando's Institute at PUC Goiás, I try to demonstrate in this article, that the university extension, coupled with the teaching and research, becomes promising to create integrated networks of epistemological, academic and community relations by extending fields and boundaries, knowledges and practices both scientific and popular ones.

Keywords: Family. Extension. Teaching. Research. Dialogue.

Notas

- 1 A Universidade Católica de Goiás foi Criada em 17 de outubro de 1959, sendo, portanto, a primeira universidade do estado e do Centro-Oeste brasileiro. Em 2009, adquiriu reconhecimento internacional se tornando Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

- 2 Segundo Gadotti (1990) a expressão “universidade comunitária” vem se firmando mais do que “universidade pública não-estatal” ou “universidade confessional”, como prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - ou Lei n.º 9.394, de 20/12/1996 (BRASIL, 1996) a respeito das Instituições de Educação Superior Católicas. Ainda segundo o autor acima citado, essas universidades não se submetem a interesses empresariais, apresentando vínculos profundos com a região, se distinguem das estatais e das particulares pelo seu projeto pedagógico mais amplo de projeto social e político. A PUC Goiás cumpre todos esses requisitos, mas não assume o compromisso de uma estrutura de gestão democrática, como tem reivindicado a APUC – Associação dos Professores da PUC Goiás e como prevê Gadotti (1990) para as instituições comunitárias.
- 3 A Família Monoparental é constituída por uma pessoa, independente de sexo, que encontra-se sem companheiro, porém vive com um ou mais filhos. Pode ocorrer do fim de uma família bioparental, ou seja, como ocorre com as viúvas, separadas, adoção, divorciadas e solteiras que a princípio viviam em união estável, ou até mesmo em casos de ser por opção. O Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, prevê a possibilidade, independente do estado civil uma pessoa sozinha, tanto o homem quanto a mulher, poderá adotar uma criança, e assim se tornar uma família, está disposto no art. 42 do ECA.
- 4 A Família Pluriparental é aquela onde há a convivência familiar dos parentes colaterais, não importa a igualdade ou diferença do grau de parentesco entre eles. Assim, tios e sobrinhos que vivem em família constituem uma família pluriparental. Igualmente, os irmãos e até os primos que mantêm convivência familiar, são outros exemplos. Também se encaixam no conceito de pluriparentalidade os vínculos que se estabelecem com mais de duas pessoas desempenhando as funções parentais. Estas são novas realidades cada vez mais freqüentes, principalmente quando são utilizadas as modernas técnicas de reprodução assistida, em que mais de uma pessoa faz parte do processo procriativo. Nada justifica alijar qualquer delas do vínculo de filiação.
- 5 A família homoparental é aquela que está na situação na qual ao menos um indivíduo homossexual assume a responsabilidade por uma criança. O termo homoparentalidade é originalmente francês e foi criado em 1997, pela APGL (Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas) (Roudinesco, 2003). O uso do termo tem levantado polêmica, pois, segundo alguns autores, destaca a questão da sexualidade atrelada à parentalidade, entretanto a sustentação de seu uso permite dar visibilidade e difundir o diálogo e reflexão acerca deste (Grossi, Uziel e Mello, 2007).
- 6 A Família Reconstituída ocorre em ocasião do divórcio, surge então a chance de uma nova família. Além de juntar marido e mulher, também os filhos provenientes de relações anteriores, vivendo todos sobre o mesmo teto. Seja proveniente de um novo casamento ou uma união estável, os filhos possuem origens distintas quanto a paternidade biológica. Diante da realidade atual, este modelo tende a aumentar sua incidência.
- 7 A Família Nuclear era considerado como único e legítimo modelo de família, onde tinha o homem, a mulher e seus descendentes, essa é a proposta defendida pelo PL 6583/2013. Era o modelo inspirado na Revolução Industrial. Reflete a ideia de sociedade dinâmica e mais produtiva. Pois era como um núcleo pequeno, onde um chefe provedor do lar, poderia com facilidade resolver questões geográficas ou sociais. Representando assim, um modelo de sociedade capitalista.
- 8 A União Estável surge com o advento da Constituição Federal de 1988. No passado era estigmatizada pela expressão de concubinato, em que a mulher era classificada vulgarmente como amante ou amásia, foi equiparada à figura de entidade familiar. É definida como aquela formada por um homem e uma mulher livre de formalidades legais do casamento, com o animus de conviverem e constituir família.
Em assim sendo, se a união estável é entidade familiar, como também o casamento, não há como se fugir da conclusão de que as regras do instituto da guarda devem ser aplicadas à união estável.
- 9 Família Anaparental é aquela onde ocorre a convivência de pessoas sem vínculos parentais que convivem por algum motivo, possuindo uma rotina e dinâmica que os aproximaram, podendo ser estas afinidades sociais, econômicas ou outra qualquer.
- 10 Família Eudemonistas, a princípio pode ter uma formação convencional, pais, filhos, mas ao observar sua constituição, nota-se que em seus indivíduos existe pouco apego a regras sociais que formulam as famílias mais tradicionais, religião, moral ou política.

Referências

BARTNIK, Fabiana Marques Pereira; SILVA, Itamar Mendes da. Avaliação da ação extensionista em universidades católicas e comunitárias. *Avaliação (Campinas)*, Sorocaba, v. 14, n. 2, jul. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_

arttext&pid=S1414-40772009000200010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 ago. 2014.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772009000200010> .

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 34a edição. São Paulo: Paz e Terra, 2006

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo:UNESP, 1991.

GROSSI, M.P.; UZIEL, A.P. & MELLO, L. (Orgs.). (2007). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond.

MARX, Karl. (1980) *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. Vol. I. Trad. Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

Projeto Pedagógico da Escola de Circo Dom Fernando. IDF/PROEX/PUC Goiás, 2010.

Projeto Pedagógico da Escola de Formação da Juventude. IDF/PROEX/PUC Goiás, 2009

Projeto Pedagógico do Instituto Dom Fernando. PROEX/PUC Goiás. Goiânia, 2015.

Relatório das Ações e Atividades do Instituto Dom Fernando. Goiânia IDF/PROEX/PUC Goiás, 2013.

ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.